

AP7

CL

Reunião Ordinária – Ata nº 11/2012

Data – 2012-06-04

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.40 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta: Não esteve presente na reunião, o vereador, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 01-06-2012:

a) Dotações Orçamentais €3.052.735,66
b) Dotações não Orçamentais €133.369,00

Total das Disponibilidades €3.186.104,66



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

107
C1

Esteve presente a munícipe, Elsa Maria da Costa Cardoso para solicitar esclarecimentos, sobre a possibilidade de ser impedido, a qualquer cidadão, o acesso a um espaço público, para assistir a um ato de índole cultural para o qual tenha sido convidado.

Referiu que foi o que lhe aconteceu, quando se dirigiu à Biblioteca Municipal António Botto para assistir à apresentação de um livro, tendo sido impedida de aceder ao espaço onde o evento ia decorrer, de forma violenta, por três cidadãos que não pertencem ao Município de Abrantes.

Referiu também que o acontecimento foi presenciado por outras pessoas e, no seu entender, não existiam razões para o sucedido.

Disse ainda que, na sua opinião, se tratou de uma situação grave, porquanto esteve em causa a sua integridade física, pelo que questionou se existe segurança nas referidas instalações, por forma a acautelar que situações idênticas possam vir a acontecer.

A Presidente da Câmara começou por referir que a Biblioteca Municipal António Botto é um espaço público e está aberto a todos os cidadãos.

Informou que existe segurança no espaço a partir de determinada hora e sempre que se justifique a sua presença.

Relativamente à ocorrência, disse que já solicitou informação sobre o sucedido para averiguar a situação.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 35 -- A Presidente da Câmara apresentou para aprovação, a isenção do pagamento de taxas pela cedência do Edifício Pirâmide, no dia 26 de maio de 2012, ao Núcleo Sportinguista de Alferrarede, no âmbito da organização do 1º Congresso de Núcleos do Sporting Clube de Portugal, que contou com cerca de 100 participantes, incluindo os órgãos diretivos do Sporting Clube de Portugal. – 75997

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

AP
CL

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



A Presidente da Câmara deu conta do ofício com a ref.ª 3564 do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, datado de 15 de maio de 2012, a acusar a receção do comunicado relativo à suspensão de obras da Parque Escolar na Escola Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes e a informar que o mesmo foi encaminhado para o Coordenador dos Deputados do PS, na Comissão Parlamentar de Educação, para conhecimento e demais efeitos tidos por convenientes. - 75311



Nº 36 – Apresentou uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 21 de maio de 2012, acerca do pedido da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Atalaia, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e afixação de cartazes, bem como, autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para a realização dos Festejos Anuais de Atalaia, nos dias 29 e 30 de junho e 1 de julho de 2012. - 74731

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 100,05€ (cem euros e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

ADP
21

Nº 37 – A Presidente da Câmara apresentou igualmente, uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 22 de maio de 2012, acerca do pedido da Casa do Povo de Rio de Moinhos, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e afixação de cartazes, pela realização do Festival de Folclore, no dia 26 de maio de 2012. - 74080

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 33,49€ (trinta e três euros e quarenta e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 38 – Apresentou também uma outra informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 22 de maio de 2012, acerca do pedido da Associação Cultural, Recreativa de Casa Branca, Areias e Lampreia, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e afixação de cartazes, bem como, autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, pela realização da festa anual, nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2012. - 73728

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 100,05€ (cem euros e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

AP1
a1

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 39 – A Presidente da Câmara apresentou ainda, uma carta de um grupo de alunos da Escola Superior de Educação de Portalegre, a solicitar autorização para utilizar o espaço do Aquapolis Sul, Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, para a realização de uma atividade em parceria com a Escola Básica do 1º Ciclo, nº5 de Abrantes, no âmbito da disciplina de Projeto, do 3º ano do Curso de Animação Sociocultural, a ter lugar no dia 6 de junho de 2012, no período compreendido entre as 10h e as 18 horas.

Solicitam também a presença de 1 ou 2 elementos do corpo de Bombeiros Municipais de Abrantes, na qualidade de palestradores, com o objetivo de mostrarem às crianças como é efetuado o combate a incêndios e a sua prevenção. - 75415

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos solicitados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Deu conhecimento do ofício com a ref.ª 452350 da CP – Comboios de Portugal, datado de 24 de maio de 2012, a solicitar a divulgação do novo modelo de tarifário no serviço intercity da linha da Beira Baixa, a vigorar a partir do dia 01 de Junho de 2012 e que têm como objetivo, gerar condições de atratividade e sustentabilidade do transporte ferroviário nesta região.

Informa também sobre o novo tarifário das viagens dentro da linha, com origem e destino entre Entroncamento e Covilhã, cujos valores serão reduzidos para valores próximos do serviço regional, promovendo a complementaridade dos serviços ferroviários existentes neste eixo e o incremento das soluções de mobilidade, promovendo a competitividade do modo ferroviário.

Neste sentido, para as viagens de longa distância realizadas de 2.ª a 5.ª a feira, exceto se as mesmas coincidirem com feriado ou véspera de feriado respetivamente, haverá redução do tarifário. - 76356

Tomado conhecimento e ao Gabinete de Comunicação para proceder à respetiva divulgação.

AD7

Q1

A Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 30 de maio de 2012, referindo que o Município de Abrantes tem vindo, ao longo dos últimos anos, a apostar na oferta de uma escola de qualidade para todos os seus alunos e alunas, dotada de espaços, serviços, equipamentos e atividades que claramente possam responder às suas necessidades. Neste espírito, torna-se importante qualificar também as atividades de enriquecimento curricular e tentar encaminhá-las cada vez mais para os interesses e necessidades das crianças e famílias e para o aproveitamento das capacidades e valores locais.

Neste sentido, com o objetivo de proporcionar às crianças atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens ministradas em contexto letivo, é intenção da autarquia, continuar a garantir a oferta destas atividades aos nossos alunos e alunas, pelo que, para o próximo ano letivo optou-se pela continuidade da oferta do ensino do Inglês e da Atividade física e desportiva e pela introdução das Atividades lúdico-expressivas. Estas atividades, que podem ter um caráter rotativo e modular, vão desde a expressão musical à expressão plástica e visual, movimento e drama/teatro, dança, multimédia, cinema, percursos culturais e de exploração do meio, povos e culturas, cidadania, atividades lúdicas e de animação, entre outras, podendo proporcionar maior diversidade e melhor exploração de todos os recursos hoje disponíveis nos novos centros escolares - salas de expressão, bibliotecas, salas polivalentes, refeitórios, cozinhas, entre outros.

Esta oferta resulta não só das aspirações manifestadas ao longo das reuniões de avaliação das AEC's, mas também da auscultação feita aos agrupamentos de escolas, professores titulares, associações e representantes de pais e juntas de freguesia, uma vez que é importante a participação e envolvimento de toda a comunidade educativa. Assim, foi feita uma reunião com todos estes parceiros em que foi solicitada a sua colaboração, nomeadamente quanto à introdução da nova atividade - Atividades Lúdico-expressivas - e a sua interligação com os interesses dos alunos e das famílias e com as capacidades formativas locais disponíveis através de agentes associativos e outras entidades do meio, desde que no respeito pelas exigências legais quanto a formação e currículo.

Pretende-se também que estas atividades sejam programadas de acordo com os objetivos definidos no Projeto Educativo de cada agrupamento de escolas e em estreita colaboração com os professores titulares de turma.

Para além disso, é intenção do município de Abrantes, no desenvolvimento destas atividades, não só melhorar a oferta e a qualidade das mesmas, como também criar sinergias locais, pelo que a opção pela realização de parcerias com entidades locais prestadoras deste tipo de serviços, permitirá garantir um melhor preço e qualidade das atividades de enriquecimento curricular, a sua integração com os valores identitários e capacidades locais, bem como, contribuir para a empregabilidade ao nível do nosso concelho. - 76653

Tomado conhecimento.



Nº 40 - Apresentou a informação nº 62 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 31 de maio de 2012, acerca do pedido da Associação Palha de Abrantes - Espalhafitas Cineclube, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cineteatro S. Pedro, em Abrantes, para o dia 11 de junho de 2012. - 76743

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

207
01

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 41 – A Presidente da Câmara apresentou igualmente, a informação nº 63 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 31 de maio de 2012, acerca do pedido da Associação Palha de Abrantes – Espalhafitas Cineclube, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cineteatro S. Pedro, em Abrantes, para os dias 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2012. - 76497

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 387,48€ (trezentos e oitenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 42 – Apresentou também a informação nº 64 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 31 de maio de 2012, acerca do pedido de A. Teixeira, Sistemas Musicais, Lda., a solicitar a isenção do pagamento da taxa de utilização do Cine Teatro S. Pedro, para a realização da audição final do ano letivo 2011/2012 dos alunos da escola de música, em colaboração com a Câmara Municipal de Abrantes, a levar a efeito no próximo dia 29 de junho de 2012. - 76277

A Presidente da Câmara não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

AS

25

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos), tendo em conta que a atividade é aberta à comunidade e sem cobrança de entradas.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



A Presidente da Câmara agradeceu ao vereador Santana- Maia Leonardo, a oferta do seu livro "Rexistir".



Deu conhecimento que, no sábado, dia 26 de Maio, se realizou a primeira visita da "Mais Passeio" a Abrantes.

Explicou que a "Mais Passeio" é uma empresa que organiza passeios para seniores e que trabalha essencialmente com Juntas de Freguesia, Universidades da 3ª Idade e Centros de Dia.

Referiu que a empresa oferece roteiros de Cidades e vilas, previamente definidos que incluem não apenas a visita guiada a lugares relevantes do património local, mas também, a animação de lugares com intervenção de figuras históricas, grupos de música e dança local, empresas locais, etc.

O roteiro de Abrantes foi organizado juntamente com Constância, mas vai ser autonomizado.

O roteiro realizado no dia 26 de maio foi adquirido pela Junta de Freguesia dos Anjos e que trouxe à cidade 103 pessoas. Incluiu:

- visita ao castelo que contou com a presença de Zahra, a moura que falou da Lenda de Abrantes;
- visita guiada à Igreja de Santa Maria do Castelo;
- participação do Grupo de Cantares de Bemposta;
- intervenção da empresa SOFALCA que apoia o projeto;
- descida e passeio pelo Centro Histórico.

Referiu ainda que a visita terminou com uma prova de produtos locais no Mercado Criativo, organizada em colaboração com a TAGUS, tendo-se registado um significativo volume de compras de produtos locais por parte dos participantes. Por último referiu que a avaliação deste primeiro passeio foi muito positiva, quer do ponto de vista da organização quer dos visitantes, existindo a clara intenção de dar continuidade a este projeto, mas num roteiro de dia completo, estando a ser introduzidas as adaptações necessárias para esse efeito.

O vereador António Belém Coelho disse que em complementaridade ao que já anteriormente tinham proposto, seria bom arranjar um circuito desses no interior da cidade, com partida do atual centro de Turismo, para visitar as igrejas e o castelo e na Praça Barão da Batalha ou no Mercado Criativo ter uma mostra de produtos regionais para divulgação.

A Presidente da Câmara disse que há muito tempo que são feitas visitas guiadas pelas técnicas de Turismo da câmara municipal com grupos mais pequenos.

Este projeto em concreto tem uma modalidade diferente, porquanto esta empresa irá trazer por rotina, grupos para visitar Abrantes.

Referiu ainda que é intenção da Câmara Municipal, que este projeto possa ser alargado, não só ao nível de Abrantes e Constância, mas também para todo o Médio Tejo.

AP
CL

A Presidente da Câmara deu conhecimento que a carta hospitalar levada a efeito pelo governo, agora passou a chamar-se apenas estudo e recomenda uma maior prevalência de serviços de ambulatório e menos internamentos nas especialidades de medicina interna, cirurgia geral e pediatria. Os hospitais da periferia e a norte do País são os mais afetados. Cerca de 26 unidades de saúde estão em risco de fechar serviços.

Assim, o referido estudo recomenda que na cirurgia geral com internamento, os hospitais com serviço de urgência básica (SUB), deixem de ter internamento da especialidade, estando na lista, entre outros, os hospitais de Torres Novas e Tomar.

Referiu que este estudo analisou além da medicina interna e da cirurgia geral, mais cinco especialidades e no que diz respeito à neurologia, a Entidade Reguladora de Saúde, entende que esta especialidade deve existir nos hospitais de referência/centrais e não nos de proximidade.

No que diz respeito à pediatria, o documento defende que esta especialidade deve ser pensada em conjunto com a de ginecologia e obstetrícia, pelo que a Entidade Reguladora de Saúde, recomenda que se fechem os serviços de pediatria com internamento no hospital da Póvoa de Varzim e no Hospital Distrital de Torres Novas.



Deu também conhecimento do programa detalhado das Festas de Abrantes, a levar a efeito de 14 a 17 de junho de 2012.



Na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores do PSD, na reunião de 07 de maio de 2012, sobre a exclusão da atribuição da Medalha de Honra da Cidade, o juiz conselheiro Manuel Lopes Maia Gonçalves, a Presidente da Câmara referiu que não foi ponderada a atribuição da referida medalha à pessoa em causa e também não foi equacionada como proposta para as medalhas de mérito municipal de acordo com a interpretação que se fez do regulamento.



Nº 43 - De seguida apresentou para aprovação, Proposta de Deliberação para atribuição da Medalha de Mérito Municipal.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Após votação por escrutínio secreto, caso a caso, foi decidido atribuir a medalha de mérito municipal às seguintes entidades de personalidades:

- Mitsubishi Fuso Truck Europe, S.A. – aprovado por unanimidade;
- FRASAM – Fundições do Rossio de Abrantes, S.A. – aprovado por unanimidade;
- SAOV – Sociedade Agrícola Ouro Vegetal, Lda. – aprovado por unanimidade;
- Casal da Coelheira – Centro Agrícola de Tramagal – aprovado por unanimidade;
- UTIA – Universidade da Terceira Idade de Abrantes - aprovado por unanimidade;

ADT
CS

- UTIT – Universidade da Terceira Idade do Tragal – aprovado por unanimidade;
- ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes – aprovado por unanimidade;
- Associação Jardins Escola João de Deus - aprovado por unanimidade;
- Humberto Pires Lopes - aprovado por unanimidade;
- Mário Serras Passarinho – aprovado por unanimidade;
- Manuel João Gonçalves – aprovado por unanimidade;
- Liga dos Amigos do Hospital de Abrantes – aprovado por unanimidade;
- Cruz Vermelha Portuguesa – aprovado por unanimidade;
- Francisca Dias Laia – aprovado por unanimidade;
- Tiago André Farinha Aperta – aprovado por unanimidade;
- Manuel Pereira Dias – aprovado por unanimidade;
- Rancho Folclórico do Pego – aprovado por unanimidade;
- Grupo Etnográfico “Os Esparteiros” de Mouriscas – aprovado por unanimidade;
- Escola de Música A. Teixeira – aprovado por unanimidade.



Em complemento à informação prestada pela Presidente da Câmara e pelo Vereador Rui Serrano, relativamente às questões levantadas pelos Vereadores do PSD, na reunião de 21 de maio de 2012, relativamente a uma execução sobre a Câmara Municipal, a Presidente da Câmara esclareceu que, à data, essa era a informação disponível.

No entanto, informou o seguinte:

“Indagados os serviços sobre a matéria, verificava-se que a Câmara na altura da reunião não havia sido notificada ou citada para qualquer ação judicial sobre a matéria. O conhecimento da informação trazida à Câmara Municipal pelos vereadores do PSD apenas terá sido possível pelo acesso privilegiado que os advogados, solicitadores e técnicos de justiça têm no exercício da sua profissão e estranha-se que se entenda ser pública a ação de que a Câmara ainda não fora citada. Ou seja, toma-se o conhecimento profissional, quiçá sujeito a regras deontológicas, ou, igualmente grave, o conhecimento dado por outrem sujeito às mesmas regras — porque no caso teve que acontecer, em face dos pormenores avançados — pela divulgação pública.

A Câmara Municipal Abrantes, apenas tomou conhecimento oficial, posteriormente.

Daí que até se estranhe o perguntar e divulgar na Câmara Municipal, uma vez que possui outras fontes antecipatórias de acesso à informação.

1) Mas sobre a questão concreta, pelos dados fornecidos, intui-se que possa estar relacionada com o requerimento executivo subjacente a uma pretensão de cobrança por parte de Sociedade Factor, (sociedade a quem foram cedidos créditos), de verbas que a Câmara Municipal pretende pagar, imediatamente, pois tem disponibilidades, felizmente, quanto ao valor, no âmbito de empreitada de centro escolar, concluída recentemente.

Acontece que a CMA se preparava para pagar a verba em causa à “Sociedade Factor”, a quem o empreiteiro cedera os créditos, quando se deparou com a insolvência do mesmo, decretada pelo Tribunal publicitada no aviso do DR de 19/3/2012. Perante este dado, a Câmara Municipal, depois de fazer o enquadramento de que existe uma “Sociedade Factor” que se arroga com direito às verbas, requereu em 30 de Março ao Tribunal de Felgueiras que se dignasse ordenar a quem devem ser feitos os pagamentos (se à massa insolvente, se à “Socieda Factor”).

AD
Q

O Tribunal em 15/5/2012 notificou a CMA, que, conforme ordenado na sentença de declaração de insolvência e imposto pelo artigo 81º nº 1 do CIRE, os pagamentos devem ser efetuados ao Administrador de Insolvência nomeado.

Paralelamente e, conforme, trazida ao conhecimento da CMA pelos vereadores do PSD, a "Sociedade Factor" entendeu usar mão de mecanismo da ação executiva, tendo em vista o pagamento, com prioridade sobre a massa insolvente.

É matéria de discussão judicial. E a CMA irá ser forçada a entrar nessa discussão, perante a disputa do crédito.

O Município de Abrantes está, no entanto, pronto para pagar hoje ou amanhã, e tem todo o interesse, porque tem verbas disponíveis para o efeito, e no caso, o adiamento do pagamento até é prejudicial. Só que não o pode fazer, enquanto o Tribunal não decidir. Nem se trata de prometer pagar para evitar penhora, como alguém quis passar na imprensa, e assim fazer crer, mas contra todas as regras de processo judicial. A CMA só pretende que se decida a quem deve pagar e fá-lo-á imediatamente

2) Sobre a 2ª questão, digo que a Câmara Municipal teve conhecimento do requerimento executivo em 25/5/2012.

3) Não existem, outras ações executivas ou penhoras similares sobre créditos municipais ou devidos pelo Município."

Ainda a propósito deste assunto, a Presidente da Câmara deu conhecimento de uma notícia que foi publicada no jornal "O mirante", na edição de 31 de maio de 2012, com o título "Câmara de Abrantes promete pagar dívidas para evitar penhora" e lamenta que a comunicação emita notícias como esta, onde mais uma vez, os municípios são achincalhados de incumpridores e maus gestores, quando isso não é verdade.

O vereador António Belém Coelho agradeceu à Presidente da Câmara o esclarecimento prestado e disse que a reunião de câmara foi a uma segunda-feira e desde a terça-feira anterior que esse assunto já estava nos blogs, sendo portanto, já do domínio público.

O vereador Santana-Maia Leonardo disse que no blog "Cidadãos por Abrantes", foi colocado um post no dia 15 de maio de 2012, que dizia o seguinte, "Executaram hoje a Câmara Municipal de Abrantes, em 264.873,93€" e a seguir transcrevem precisamente, a entrada da ação, a distribuição, o executante, o executado e os dados do processo.

Por isso, a partir do dia 15 de maio, qualquer cidadão que tivesse conhecimento desse post, ficaria na posse da informação e foi isso precisamente que aconteceu relativamente aos vereadores do PSD e motivou a sua intervenção.

A Presidente da Câmara lamenta que a fonte de informação dos senhores vereadores do PSD seja um blog e que esclarecida a questão, não tenha sido exercido o seu dever de honrar a sua responsabilidade de denunciar uma situação.



Deu conhecimento da execução orçamental à data de 31 maio de 2012. Informou que, à data de 31 de maio do corrente ano, a execução da receita era de 31% e da despesa de 27%, sendo que estava comprometido 58% daquilo que foi proposto no orçamento inicial.

Mais informou que, na sequência do Memorando de Acordo celebrado entre o Governo e a ANMP, tinha decorrido, na quarta-feira anterior, uma reunião na Associação Nacional de Municípios Portugueses, com vista à ratificação do referido documento. O Memorando prevê a criação de um Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tendo a ANMP disponibilizado um

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

AD
C

conjunto de informações acerca da situação financeira dos 308 municípios (dados reportados a 31 de março de 2012) e com o cálculo dos valores elegíveis para o programa, agrupando os municípios por grupos (I e II de acordo com os Programa I e II previstos no memorando de acordo). No Grupo I, foram incluídos municípios que apresentam Desequilíbrio Financeiro Estrutural (53 municípios). Por sua vez, o Grupo II, foi subdividido em 2 grupos, num dos quais foram incluídos Municípios com "Desequilíbrio Financeiro Conjuntural" e no outro foram incluídos os "restantes municípios". Abrantes aparece no grupo dos "restantes municípios". O Município de Abrantes, apresentava, a 31 de março, uma dívida total de 21,5 milhões de euros, sendo que, 15 milhões de euros correspondem à dívida de médio e longo prazo, 6,5 milhões à dívida a curto-prazo e que desse montante, 1.400.000€, que dizem respeito a pagamentos em atraso há mais de 90 dias (LCPA).

Referiu que estes dados já não correspondem à atualidade. O passivo de médio longo prazo, tem vindo a ser amortizado, pelo que o aumento registado, de 14.900.000€ para 15.500.000€, se deve à incorporação do empréstimo BEI já reembolsado.

Explicou que esta informação é importante, atendendo a que a Câmara Municipal aprovou o empréstimo do BEI no âmbito dos Centros Escolares, no valor de 1.200.000€, aproximadamente, pelo que os 14.900.000€ mais o 1.200.000€, dariam um valor bastante superior aos 15.500.000€, pelo que prova que a autarquia nestes cinco meses, já amortizou dívida (cerca de 600.000,00€).

Referiu, igualmente, que a Câmara Municipal tem excecionado 5.800.000€ e não excecionado 9.600.000€, onde se inclui o empréstimo do BEI, porque já foi despachado por parte da DGAL, estando ainda a faltar o despacho por parte do Sr. Secretário de Estado.

Disse ainda, sobre o passivo de curto prazo, que no início do corrente ano, a Câmara Municipal tinha 6.500.000€ e que a esta data tem 2.900.000€, sendo que a dívida a mais de 90 dias, em janeiro, era de cerca de 400.000€, a qual tinha transitado do ano passado, mas que em 31 de maio do corrente ano, o valor é de 1.900.000€.

Mais informou que, a autarquia possui uma reserva para pagamento imediato aos empreiteiros, no valor de 1.994.279,54€.

Informou também que, as empreitadas que decorreram ou que estão a terminar, perfazem um valor total de 15.099.117,88€, sendo que, o valor do executado é de 13.942.095,12€, faltando executar 747.654,55€. Por pagar, a Câmara Municipal tem 1.672.520,21€ e por receber, 2.328.895,54€, o que demonstra que a Autarquia tem todas as obras pagas.

Por fim, disse que, do ponto de vista do QREN, a Autarquia tem a receber a curto-prazo, uma vez que já foram apresentados os respectivos pedidos de reembolso:

- da contratualização, 808.169,59€;
- dos pedidos de pagamento, 600.276,31€;
- dos encerramentos e tx.85% - 207.893,28€;
- do POPH - 2.815,26€.

Tudo isto perfaz um total de 810.984,85€.



Por último, a Presidente da Câmara deu conhecimento do Memorando de Acordo estabelecido entre o Governo de Portugal e a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, que fala sobre o Programa de Apoio à Economia Local, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e a Reforma da Administração Local.

Do ponto de vista do Programa de Apoio à Economia Local, refere que o governo compromete-se a disponibilizar uma linha de crédito até ao montante de 1.000 milhões de euros para pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

207
01

Relativamente à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, a ANMP, reconhece a necessidade de disciplinar a execução orçamental da Administração Pública, incluindo o controlo de endividamento de curto prazo dos Municípios, comprometendo-se a diligenciar junto dos seus associados no sentido de promover o seu integral cumprimento. No entanto, o Governo reconhece as dificuldades práticas que a aplicação da LCPA pode trazer para alguns Municípios.

Diz também que, o Governo se compromete a facilitar a aplicação dos procedimentos, nomeadamente, com a adaptação das normas transitórias, a diligenciar ações de formação para dirigentes e trabalhadores, a garantir o apoio e a monitorização da IGF e da DGAL, a garantir a aprovação de um manual de procedimentos específicos para Administração Local, a garantir o apoio técnico no trabalho das *software houses*, a assegurar o cumprimento destas medidas até 31 de julho e, também, a envidar esforços para que sejam transmitidas aos Municípios, as data previsíveis de pagamentos que têm em atraso, por forma a permitir o cálculo dos respetivos fundos disponíveis.

Diz igualmente que, o Governo estabelece normas que permitam aos Municípios aderentes ao PAEL, estimar os fundos disponíveis de acordo com as regras aplicáveis às entidades sem pagamentos em atraso, desde que não acumulem novos pagamentos em atraso.

Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), vem dizer que toda a receita deve ser consignada à consolidação orçamental e que no caso dos Municípios com dívidas ao estado, deverá ser canalizado integralmente para esse pagamento, ou caso tal dívida não exista, servirá para amortização de dívida de médio e longo prazo dos Municípios.

Refere também que não vai haver redução das transferências financeiras para os Municípios no âmbito do orçamento de estado para 2013.

Refere ainda, que será condição para a adesão de cada Município ao PAEL a desistência, antes da apresentação da respetiva candidatura, dos processos que se encontrem pendentes em Tribunal, que tenham como entidade requerida ou réu o Estado Português e versem sobre áreas ou matérias reguladas no referido memorando.

Relativamente ao QREN, diz que contam com a libertação de recursos de pelo menos de 250 milhões de euros, que será afetado aos programas "Impulso Jovem" e "Equipamentos Escolares" e garante a comparticipação de 85% das candidaturas dos Municípios.

Também diz que, os Municípios aderentes ao PAEL que tenham apresentado um Plano de Ajustamento Financeiro, apenas podem aceder a financiamentos no âmbito do QREN em casos devidamente fundamentados e antecipadamente validados pela Comissão de Análise do PAEL.

Dá também conta das condições genéricas de adesão ao programa de Apoio à Economia Local, tendo a Presidente da Câmara feito um resumo relativamente ao assunto.

Perante o exposto, a Presidente da Câmara informou que foi entregue na Associação Nacional de Municípios Portugueses, um memorando feito pelos Serviços Técnicos da Autarquia, acerca da implementação deste memorando de entendimento, não só tendo em consideração as dificuldades de Municípios como o de Abrantes, mas também, para Municípios com uma estrutura completamente diferente.

Por fim, referiu que foi feito pelos Municípios eleitos pelo Partido Socialista, uma declaração de voto, relativamente a estas matérias.

ADT
CL

VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento que a campanha de recolha de alimentos levada a efeito pelo Banco Alimentar do Médio Tejo, nos dias 26 e 27 de maio de 2012, recolheu 68 toneladas, ou seja, mais 10 toneladas que o ano passado.

A Presidente da Câmara endereçou um voto de louvor ao Banco Alimentar contra a fome de Abrantes, extensível a todos os voluntários.



No âmbito do planeamento da rede escolar para o ano letivo 2012/2013, informou que a Câmara Municipal de Abrantes, no ano letivo anterior (2010/2011), foi auscultada pela DRELVT sobre a possibilidade de agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Nessa altura, reuniu com os diretores de agrupamento e escola não agrupada para falar sobre este assunto e construiu-se uma proposta de agregação, a qual, pela substituição do governo ficou parada.

Recentemente, esta questão voltou a ser apresentada pelo novo governo, através de uma proposta de agregação para o nosso concelho, apresentada pela DRELVT, que passava pela agregação do Agrupamento Escolar de Tramagal e do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, com a escola sede na EBS Dr. Manuel Fernandes e a agregação do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida com a Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, com esta última a assumir a função de escola sede.

Os conselhos gerais das escolas e agrupamentos de escolas foram auscultados sobre esta temática e, apesar de não concordarem na sua generalidade, apontaram aspetos a melhorar durante este processo, caso o mesmo avançasse.

A Câmara Municipal de Abrantes, reunida no dia 21 de maio de 2012 e sobre esta proposta de agregação apresentada pela DRELVT, também elaborou o seu parecer, tecendo algumas recomendações.

Sabendo esta autarquia que o processo de agregação de escolas tem que estar concluído até final de 2013, estariam este ano reunidas as condições para que a agregação acontecesse no concelho de Abrantes.

Não estando as escolas deste concelho incluídas, nem na primeira, nem na segunda fase de agregações, consideramos que se estão a quebrar as expetativas da nossa comunidade escolar e este processo pode ser descredibilizado, pelo que o parecer anteriormente enviado por esta Câmara Municipal necessita ele próprio de ser reavaliado, no sentido da não concordância.

O adiamento por mais um ano leva inevitavelmente ao prejuízo do desenvolvimento dos projetos educativos pelo arrastamento da indefinição.

A Presidente da Câmara acrescentou que esta informação será enviada à DRELVT e ao Ministro da Educação.

O vereador António Belém Coelho referiu que no que diz respeito à possibilidade de agregação do agrupamento D. Miguel de Almeida com a Escola Dr. Solano de Abreu, o que disseram e foi aprovado por unanimidade no Conselho Geral, foi que muito dificilmente este ano essa agregação poderia vir a acontecer, pelo facto de existir uma série de variáveis, que têm de ser

Handwritten signature

analisadas, como por exemplo, a questão dos horários e dos concursos dos professores. A vereadora Celeste Simão acrescentou ainda que, hoje mesmo, foi manifestado, o descontentamento pela indefinição acerca do assunto por parte de elementos da comunidade educativa de alguns locais.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

No âmbito do Plano de Atividades da Divisão de Desporto e Juventude, o vereador Manuel Jorge Valamatos deu conhecimento da realização das seguintes atividades desportivas, a levar a efeito de 04 a 17 de junho de 2012:

Atividade/Evento	Local	Dia	Hora
10º Torneio Futebol 7 – Veteranos - Encerramento	Cidade Desportiva (campo nº 2 e nº 3)	05 Junho	21h30
MEETING – Atletismo	Pista de Atletismo da Cidade Desportiva	07.Junho	16h00
Troféu Ori BTT do COA	Concelho de Abrantes	09 e 10.Junho	
Campeonato Nacional de Rugby Sub 18	Cidade Desportiva de Abrantes (campo nº 3 Rossio ao Sul do Tejo)	10.Junho	
Campeonatos de Santarém – Atletismo	Pista de Atletismo da Cidade Desportiva	16.Junho 17.Junho	15h00 09H00

FESTAS DE ABRANTES 2012 – ATIVIDADES DESPORTIVAS			
Carrinhos Rolamentos	Alto de Stº António	14.Junho	15H00
Torneios Voleibol Praia, Futebol Praia e Rugby de Praia	Aquapolis – Margem Norte	14.Junho	10H00
Concurso de Saltos Nacional de Abrantes –Hipismo	Aquapolis – Margem Sul	15 a 17.Junho	09H00

25

V Águas Abertas – Natação	Aquapolis – Margem Norte	16.Junho	15H00
Caça ao Pato	Aquapolis – Margem Sul	16.Junho	17H00
Downhill Urbano	Centro Histórico	16.Junho	14H00
Festival de Canoagem	Estação de Canoagem de Alvega	16.Junho	09H30
8ª Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol – 8ª Concentração	Campo de Jogos Aquapolis – Margem Norte	16.Junho	16H30
Torneio de Sueca	Jardim da República	17.Junho	14H00
Torneio de Xadrez	Claustros do Convento de São Domingos	17.Junho	14H00

Tomado conhecimento.



Deu também conhecimento que no domingo, dia 3 de junho de 2012, realizou-se a final do campeonato nacional de juniores de basebol, tendo-se sagrado campeã a equipa White Sharks Basebol Club – Almada.

Referiu que também se procedeu à entrega do troféu de campeão nacional aos White Sharks Basebol Club – Almada em séniores.



A Presidente da Câmara ausentou-se da reunião pelas 16,05 horas, passando o vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, a presidir a mesma.

ADY
CL

O vereador Manuel Jorge Valamatós deu conta da realização dos Jogos da Pequenada, levados a efeito de 14 a 18 de maio de 2012.

Tratou-se de uma organização da Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Abrantes, que contou com o apoio de 7 alunos estagiários do Curso Tecnológico de Desporto da Escola Dr. Manuel Fernandes.

Participaram na referida atividade 706 alunos, dos 3 aos 5 anos de idade, e 44 Educadores de Infância e Auxiliares de Ação Educativa.

O número total de Jardins de Infância participantes foi 28, sendo que, 21 eram públicos e 7 eram privados.

Informou que num universo de 30 Jardins de Infância, os únicos dois jardins-de-infância que não participaram foram o Jardim de Infância de Martinchel - público (por falta de uma auxiliar) e o Centro Social Nossa Senhora da Oliveira (privado).

Os Jogos foram realizados no complexo municipal de Abrantes (piscina coberta) e no espaço envolvente à piscina municipal de ar livre.

Referiu ainda que esta atividade voltou a ser um sucesso e as crianças e os (as) educadores (as) saíram da cidade desportiva, com um sorriso no rosto, agradecendo o convite da autarquia e mostrando o seu agrado e satisfação pela forma como tudo decorreu.



Deu também conta da realização dos jogos de Abrantes, que decorreram de 28 de maio a 1 de junho de 2012, no Complexo Municipal de Abrantes (piscina coberta) e no espaço envolvente à piscina municipal de ar livre.

Tratou-se igualmente de uma organização da Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Abrantes e contou com a colaboração de um grupo de professores voluntários, designadamente, Manuel Goncalves, Manuela Goncalves, Joao Pratas, Octávio Vicente, Joao Paulo Milheiro, Cristina Martins Ferreira, Luis Ribeiro, Susana Estriga, Paulo Velho Miguel Marques, Andreia Coxinho, Catarina Oliveira, Teresa Costa, Inês Barriguinha, Carlos Fernandes e Cátia Anacleto.

Participaram na referida atividade, 1293 alunos dos 6 aos 10 anos de idade e 1 professora do 1º ciclo e 77 auxiliares.

No total participaram 25 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, 25 das quais eram públicas e 2 eram privadas.

Não estiveram presentes 3 turmas da Escola nº 3 de Abrantes por motivos de gestão interna da própria escola e a Escola de Martinchel, por estar a faltar uma auxiliar.

Por fim, referiu que a atividade voltou a ser um sucesso e que as crianças bem como os professores saíram da Cidade Desportiva, com um sorriso no rosto, agradecendo o convite da autarquia e mostrando o seu agrado e satisfação pela forma como decorreu a iniciativa.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo começou por agradecer à autarquia, designadamente à senhora vereadora Celeste Simão e ao Diretor de Departamento, Dr. Francisco Lopes e aos

AP
CL

funcionários da Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes, toda a atenção que tiveram e a colaboração prestada na apresentação do seu livro, no passado dia 25 de maio de 2012.



A Presidente da Câmara regressou à reunião quando eram 16,10 horas, retomando a presidência da mesma.



O vereador Santana-Maia Leonardo apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD, com o título "Abrantes Desaparece do Mapa (Judiciário)": - 77796

"Abrantes, depois de ter conseguido alcançar um lugar de relevo no mapa judiciário português, basta recordar que é sede de um Circulo Judicial, tem um Tribunal Judicial com três juízos e um Tribunal do Trabalho, prepara-se agora para, praticamente, desaparecer do novo mapa judiciário.

Aliás, segundo tudo indica, vai ser a única sede de um círculo judicial que vai ficar reduzida a nada.

Não só deixamos de ser sede do que quer que seja, como ainda perdemos o Tribunal do Trabalho, 4 juízes, 3 magistrados do Ministério Público e 23 oficiais de justiça e não ganhamos rigorosamente nada.

Dirão os economistas que a racionalidade económica falou mais alto.

Acontece que, de acordo com o mapa estatístico de 2008-2010, citado in Verbis, Abrantes tem mais processos de família do que Tomar, o que significa que o critério seguido para a sede do Tribunal de Família em Tomar não foi a racionalidade económica mas a irracionalidade política, com a concentração de praticamente todos os tribunais e serviços na metade ocidental do distrito de Santarém.

Repara-se que a metade oriental do nosso distrito, onde se situam os concelhos com maior área territorial (Coruche, Chamusca, Abrantes e Mação), ficam sem expressão no novo mapa judiciário.

Para a vida dos cidadãos, a Justiça é tão fundamental como a Saúde, sendo certo que, se a Justiça funcionasse melhor, os cidadãos teriam melhor saúde física, psicológica e económica.

Além disso, na Justiça, não existe nada comparável ao Serviço Nacional de Saúde, o que significa que, para a classe média, a Justiça é um serviço extremamente caro: taxas, custas e honorários dos advogados.

Consequentemente, com a deslocação da maior parte dos tribunais para fora do Círculo Judicial de Abrantes e para a parte mais ocidental do distrito, tal vai implicar necessariamente um aumento brutal dos custos da Justiça para os municípios dos concelhos de Abrantes e limítrofes, como é óbvio, passando as portagens, inclusive, a funcionar para estes municípios como um agravamento das custas judiciais.

Face ao exposto, os vereadores do PSD gostariam de saber quais as diligencias que a Câmara Municipal já levou a cabo para evitar não só que Abrantes desapareça do mapa judiciário como também que a parte mais oriental do distrito fique praticamente sem representação a este nível?"

A Presidente da Câmara informou que todos os municípios de Médio Tejo solicitaram uma audiência conjunta com a Ministra da Justiça, para manifestarem a sua discordância com a

AS7
AL

proposta recentemente apresentada e para perceberem a racionalidade desta questão, pelo que aguardam a realização de uma reunião sobre esta matéria.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, apresentou para conhecimento, o ofício com a ref.ª 86/SOIS/2012 da Escola Prática de Cavalaria – Secção de operações Informações e Segurança, datado de 8 de maio de 2012, a agradecer a imprescindível e valiosa colaboração da Câmara Municipal de Abrantes, na realização do XXVI Concurso Nacional Combinado da EPC.

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 21 de maio de 2012, a autorizar a cedência do eletricitista da câmara municipal, para proceder à ligação da antena difusora da rede wireless resultante do projeto implementado pela Associação Centro comercial Ar Livre de Abrantes, que se encontra instalada na loja "Trapos e Cacos", em Abrantes, que por lapso foi desligada na sequência das obras recentemente realizadas naquele estabelecimento comercial. - 74034

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 3 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a um pedido das Associações de Estudantes das Escolas Dr. Manuel Fernandes e Dr. Solano de Abreu, em Abrantes, a solicitar autorização para a realização do baile de finalistas nos Claustros da Biblioteca Municipal António Botto, mediante a dispensa do pagamento das respetivas taxas. - 76271

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

AS7
CL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara remetendo para aprovação, o Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do município de Abrantes, justificada pela adaptação ao licenciamento zero. - 24833

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do município de Abrantes e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 23 de maio de 2012, acerca do pedido da Associação de Estudantes da ESTA, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes ao licenciamento de autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para a realização da Semana Académica, nos dias 16, 17, 18, 19, e 20 de maio de 2012. - 74470

Deliberação: Por unanimidade, à Câmara para ratificar a autorização concedida pela Presidente de Câmara da dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 62,60€ (sessenta e dois euros e sessenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 6 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 23 de maio de 2012, acerca do pedido do Rancho Folclórico de Casais de Revelhos, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais e afixação de cartazes, para a realização da Festa da Primavera em Casais de Revelhos, nos dias 6, 7, 8, 9 e 10 de junho de 2012. - 74469

AS
CL

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 104,01€ (cento e quatro euros e um cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 30 de maio de 2012, acerca do pedido do Clube Recreativo e de Pesca Desportiva de Areia e Casa Branca, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas correspondentes à emissão de uma licença especial para obras inacabadas, no âmbito do processo nº 146/09. – 76512

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a redução da taxa no valor de 70,39€ (setenta euros e trinta e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 8 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação do Coordenador Técnico da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, acerca do pedido de Patrícia Alexandra Fernandes de Matos, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento Casa de Fados/Casa de Chá "Crispeans", sito em Alferrarede, Abrantes, das 14:00 H às 04:00 H para as Sextas-Feiras, Sábados e vésperas de feriado.

Mais informa que independentemente dos pareceres favoráveis das entidades que se pronunciaram no processo, a Câmara Municipal indeferiu outros pedidos de alargamento para estabelecimentos similares (deliberações de 05/05/2009 e 15/03/2010).

Refere também que o regulamento municipal dos horários de funcionamento (ainda que em fase de aprovação de nova versão), define no seu artigo 5º os requisitos a cumprir nos alargamentos. Um dos requisitos é a localização dos estabelecimentos em zonas onde os interesses de atividades profissionais ligadas ao turismo o justifiquem, nomeadamente Aquapólis, Parque Urbano de S. Lourenço e Centro Histórico de Abrantes. No caso presente, o estabelecimento não se localiza em nenhuma dessas zonas. – 60634

Deliberação: Por unanimidade, não autorizar o alargamento do horário até às 04:00 H, nos termos e com os fundamentos da referida Informação Técnica do Coordenador Técnico da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização.

AP1
CL

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 29 de maio de 2012, acerca da exposição apresentada por Tubucci – Associação de Defesa do Património da Região de Abrantes, tecendo considerações de legalidade sobre a proposta de deliberação para atribuição de Medalha de Honra da Cidade, aprovada na reunião de 16 de abril de 2012, bem como solicitando a revogação da deliberação. - 76116

Deliberação: Por escrutínio secreto, foi deliberado ratificar a mencionada deliberação, com os fundamentos da informação e da proposta que se dão por transcritas, tendo resultado a votação seguinte:

- Medalha de Honra da Cidade - Grau prata:

- Bombeiros Municipais de Abrantes – 6 votos a favor
- Cidade de Parthenay – 6 votos a favor

- Grau bronze dourado:

- Luis Fernando de Almeida Velho Bairrão, a título póstumo – 6 votos a favor
- José Joaquim Brito Ribeiro Vasco, a título póstumo – 6 votos a favor
- Nelson Augusto Marques de Carvalho – 4 votos a favor e dois em branco
- Fernando Tavares Dias Simão – 6 votos a favor
- Joaquim Candeias Silva – 6 votos a favor



Divisão Financeira

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação Chefe da Divisão Financeira, na sequência do recente pedido, por parte da DSU, de aquisição de serviços de segurança para o Centro de Acolhimento e para o mercado semanal (vigilância estática), tornou-se necessário proceder à revisão dos documentos inerentes ao concurso que se encontrava em fase de lançamento para "Aquisição de serviço de segurança e vigilância para os Edifícios Municipais", o qual tinha sido autorizado por deliberações da AM de 16.12.2011 e de CM de 28.11.2011 e de 21.05.2012.

Assim, tendo em conta que, o mesmo não estará finalizado até término do contrato que se encontra em vigor (14 de Julho de 2012), sugere a abertura de procedimento pré-contratual por ajuste direto – regime geral, enquanto têm lugar os trâmites conducentes à adjudicação dos trabalhos ao abrigo de Concurso Público Internacional, o qual terá de ser novamente autorizado pela Assembleia Municipal, nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

AST
CL

O preço base do procedimento é de 74.670,00€+IVA, para o período que medeia 14 de julho e 31 de dezembro de 2012. - 76651

Mais informa que, nos termos da LOE 2012, tratando-se de aquisição de serviços, foi elaborado Parecer Prévio nos termos da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, o qual também remete para aprovação.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento pré-contratual por ajuste direto – regime geral, bem como o referido parecer prévio para aquisição de serviços, nos termos da citada informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação Chefe da Divisão Financeira, referindo que de acordo com o estipulado no nº 3 do artº 25º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, cada município pode decidir da taxa de repartição do FEF, entre corrente e capital, não podendo a receita corrente exceder 65% do mesmo. Vem, agora, o artº 57º da LOE 2012, introduzir alteração ao referido limite máximo a título de FEF corrente, passando esse limite para 80%. O mesmo pode ser aumentado para 85% caso a autarquia demonstre que a diferença se destina a despesas sociais. Os municípios devem informar anualmente, até 30 de junho do ano anterior, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente. Caso nada seja dito será considerada a percentagem de 80% para FEF corrente. Atualmente, para o município de Abrantes são transferidos montantes mensais correspondentes à seguinte repartição do FEF: 65% o título correntes e 35% a título capital.

Tendo em conta, o cenário atual de evolução da despesa com a assunção de competências na área da educação, sugere que a percentagem de FEF corrente seja aumentada para 70%. - 76056

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o aumento da percentagem de FEF para 70%, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação Chefe da Divisão Financeira, referindo que, na sequência da autorização de compromissos plurianuais por deliberação da AM de 27 de abril de 2012, com vista à "Aquisição de Serviços para Circuitos Especiais de Transportes Escolares do Concelho de Abrantes", para o ano letivo 2012/2013, remete para aprovação, parecer prévio à contratação elaborado nos termos da Portaria nº9/2012, de 10 de janeiro.

Remete também para aprovação, proposta de decisão de contratar e de autorização da despesa nos termos do artº 36º do CCP, para efeitos de prévia cabimentação da despesa

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

AD
el

inerente ao contrato a celebrar, estimando-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder o montante de 180.000,00/ano letivo, acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito.

Propõe ainda:

- A adoção de concurso público sem publicação de anúncio no JOUE, devendo o mesmo ser desenvolvido nos termos dos artºs 130º a 154º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal. O procedimento é dividido por lotes, encontrando-se salvaguardado o disposto no artº 22º do CCP;
- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;
- A fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar para o ano letivo 2012/2013, de acordo com o calendário escolar que vier a ser publicado em DR;
- A opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço, aplicado por lote;
- A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento:
 - a) Helena Martinho (presidente);
 - b) Elisabete Ramos (vogal efetivo);
 - c) Filomena Silva (vogal efetivo);
 - d) Maria do Céu Martins (vogal suplente);
 - e) Jorge Claro (vogal suplente).
- A delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação.

Informa ainda que, os contratos a celebrar, ficarão sujeitos a redução remuneratória nos termos do nº 1 do artº 26º da LOE 2012, conjugado com os artºs 19º e 22º da LOE 2011. - 70367

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação Chefe da Divisão Financeira, referindo que, o Decreto-Lei nº 13/2011, de 25 de janeiro, regula a transferência de verbas a efetuar pelas autarquias no exercício das competências previstas no art. 64º, nº 1, als. o) e p) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação (a saber, fins culturais, recreativos e desportivos), estabelecendo critérios e limites que devem condicionar essas transferências.

Um dos limites é o previsto no art. 5º, "as transferências a efetuar não podem exceder 3,5% do somatório das remunerações (base) e pensões, respetivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária da transferência" (montante ilíquido).

Face a esta redação, surge a necessidade de se alterar a base de cálculo para efeito de definição do montante a transferir para o Centro Social do Município, uma vez que, o montante transferido até publicação da lei (as transferências encontram-se suspensas desde junho 2011, sendo necessário proceder a acertos aos meses de janeiro a junho de acordo com a decisão

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

AP
CL

que vier a ser tomada), correspondia a 3% do valor das remunerações base de todos os funcionários que descontavam para a ADSE, exceto membros dos órgãos autárquicos.

Com a nova lei, o universo restringe-se aos sócios da instituição beneficiária (colaboradores e aposentados).

De acordo com a legislação anterior, o município transferia para o Centro Social um valor médio mensal de cerca de 10.000,00€ (o qual correspondia a 3% das remunerações de todos os colaboradores do município no ativo).

Nos termos na nova lei, a aplicar-se o limite máximo permitido de 3,5% sobre as remunerações de trabalhadores e aposentados, o Município passaria a transferir uma média de 12.000,00€/mês.

Assim, submete à Câmara Municipal a definição da percentagem das remunerações, dos colaboradores e aposentados do município que sejam sócios da entidade, a transferir para o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes.

Considerando, o disposto nas alíneas o) e p) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, e 67/2007, de 31 de Dezembro e os pressupostos definidos nos artigos 2º e 3º do Decreto-Lei n.º 13/2011 de 25 de Janeiro, foi, igualmente, revisto o Protocolo celebrado com o Centro Social e, em vigor desde 1999, pelo que remete a minuta para aprovação, o qual consubstancia as transferências a efetuar nos termos supra indicados.

Refere ainda que, tais transferências têm por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas vocacionadas para aqueles trabalhadores e seus familiares que não se encontrem abrangidas por outras fontes de financiamento público. Poderá, igualmente, destinar-se à concessão de benefícios sociais que também não se encontrem abrangidos por outras fontes de financiamento público.

Na efetivação, destas transferências será salvaguarda a possibilidade de cumulação de financiamentos desde que o somatório dos financiamentos públicos, incluindo as transferências, fique abaixo do limite previsto no artigo 5º do Decreto-lei nº 13/2011, de 25 de janeiro.

O Centro Social compromete-se a desenvolver as atividades descritas e, a manter atualizado e fornecer a informação à Câmara Municipal do registo dos associados inscritos e a dar conta da aplicação das verbas nos fins indicados pela lei. - 24766

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a definição da percentagem 3% para as remunerações, dos colaboradores e aposentados do município que sejam sócios da entidade, a transferir para o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes.

Aprovar a referida minuta de protocolo, a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes e o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

ABT
01

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação Chefe da Divisão Financeira, remetendo para aprovação, pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para "Segurança para as Festas da Cidade". - 75948

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços para "Segurança para as Festas da Cidade".

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação Chefe da Divisão Financeira, remetendo para aprovação, pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços de realização dos espetáculos "Mariza" e "Kaviar" para as Festas da Cidade". - 75822

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para aquisição de serviços de realização dos espetáculos "Mariza" e "Kaviar" para as Festas da Cidade".

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 16 - Para conhecimento, o vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, apresentou a ata do júri referente ao ato público de abertura de propostas do concurso público de cedência de exploração de espaços públicos, destinados a instalar equipamento de venda de pipocas e algodão doce, no âmbito das Festas de Abrantes 2012, realizado no dia 15 de maio de 2012, ao qual foi apresentada proposta única de Francisco Fernandes Alves, tendo a mesma sido admitida pelo júri do concurso, em virtude de reunir os requisitos legalmente exigidos. - 69725

Tomado conhecimento.



Nº 17 - Para conhecimento, o vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, apresentou a ata do júri referente ao ato público de abertura de propostas do concurso público de cedência de exploração de espaços públicos, destinados a instalar equipamento de venda de farturas, no âmbito das Festas de Abrantes 2012, realizado no dia 15 de maio de 2012, ao qual foram apresentadas as propostas de Francisco Fernandes Alves e de Joaquim Duarte

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

207
01

Galvão, tendo as mesmas sido excluídas pelo júri do concurso, em virtude de terem apresentado propostas com valor inferior à base de licitação. – 69727

Tomado conhecimento.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 18 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, referente a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 22 de maio de 2012, acerca do pedido de Paula Cristina Dias Bispo, na qualidade de arrendatária do fogo municipal sito no Bairro de Vale de Rãs, Bloco AC 10, 3º C, a solicitar a reavaliação do valor da renda devido a alteração dos rendimentos do agregado familiar, em virtude de ter sido reformada por invalidez e consequentemente, ter cessado o subsídio de desemprego que recebia até abril do corrente ano. – 74200

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reajuste da renda para o montante de 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), com efeito a junho de 2012, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, os seguintes pedidos de cedência de escolas primárias e jardins-de-infância que se encontram devolutos, bem como o fim a que de destinam: - 76656

- EB./J.I. de Bemposta, ao Grupo Folclórico Etnográfico de Bemposta;
- J.I. Carvalhal, à Junta de Freguesia de Carvalhal;
- J.I. de Fontes, à Junta de Freguesia de Fontes;
- Antiga E.B. de Barrada, à Junta de Freguesia de S. Facundo e à Associação Ecocinegética de Barrada – Esteveira (denunciando assim o anterior protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia de S. Facundo);
- Antiga E.B. de Esteveira, à Associação Cultural e Recreativa de Esteveira;
- J.I. de Tramagal; J.I. de Crucifixo; e E.B. n.º 2 de Tramagal, à Junta de Freguesia de Tramagal.

ADT

Q1

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência das referidas instalações às entidades acima mencionadas, mediante a celebração do novo protocolo tipo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

À Divisão de Educação e Ação Social para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, sugerindo a isenção das taxas de utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Piscina de Ar Livre), no valor total de 1.032,00€, mil e trinta e dois euros), por parte de um grupo de 20 pessoas (alunos e professores), com idade superior a 18 anos do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes. - 74893

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 1.032,00€ (mil e trinta e dois euros), nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, sugerindo a isenção das taxas de utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Piscina de Ar Livre), no valor total de 2.734,40€, (dois mil setecentos e trinta e quatro euros e quarenta centimos), por parte das jovens residentes no Lar de Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes. - 75046

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 2.734,40€ (dois mil setecentos e trinta e quatro euros e quarenta centimos), nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho que aprovou a dispensa do pagamento de tarifas inerentes à presença de uma viatura de emergência com dois tripulantes, no Troféu Nacional de Perícia Automóvel, no montante de 230.00€ (duzentos e trinta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, levado a efeito pelo CAMP - Clube Aventura e Motorizado do Pego. - 76286

ADP
01

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 23 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 90 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 17 de maio de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Avenida António Farinha Pereira – Alferrarede – Emissário de Esgotos", adjudicada à sociedade ASIBEL – Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 24 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 98 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 17 de maio de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Conceção do Projeto do Parque Urbano de Abrantes e Rua de São Jerónimo com a Respetiva Empreitada de Execução da Obra do Parque Urbano (1ª Fase) e Ruas da Capela de São Lourenço e São Jerónimo", adjudicada à sociedade Lena – Engenharia e Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 25 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 93 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 22 de maio de 2012, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Centro de Interpretação do Tejo Ibérico – Cais de Rio de Moinhos", adjudicada a Construforte – Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda., que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	108.372,32€
Trabalhos a Menos	1.163,50€
Trabalhos Contratuais Realizados	107.208,83€
Revisão de Preços	1.984,43

AP
AL

Total	109.193,26€
-------	-------------

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade



Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 95 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 24 de maio de 2012, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Construção de Arruamento Envolvente à Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida e Beneficiação de troço da Rua Dr. António Bandos", adjudicada a Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A., que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	149.498,62€
Trabalhos Contratuais Realizados	149.498,62€
Revisão de Preços	1.349,84
Total	150.848,46€

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 27 - Para conhecimento, o vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, apresentou resposta ao pedido de esclarecimentos dos vereadores do PSD, apresentado na reunião de 5 de maio de 2012, sobre o Serviço de Transporte Urbano no Circuito Histórico da Cidade de Abrantes-aBUSA. - 73465

Tomado conhecimento.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, remetendo para aprovação, proposta de alteração do Regulamento de Ocupação do espaço Público e de afixação e inscrição de publicidade do município de Abrantes, justificada pela adaptação ao licenciamento zero. - 25340

ABT
L

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração do Regulamento de Ocupação do espaço Público e de afixação e inscrição de publicidade do município de Abrantes e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 50/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 11 de maio de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, numa área de 64 Ha, no local de Bateiros I e Besteiros II, freguesia de Bemposta, Abrantes, solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA,. - 73431

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie, nos termos da referida informação nº 50/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 60/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 23 de maio de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por Altriflorestal.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, mas existe contínuo de plantação da mesma espécie superior a esta área.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 13,3 Ha, sita em Camelo de Cima 2, freguesia de S. Facundo, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação mas considerando o contínuo das espécies não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para o ato requerido conforme solicitado pela empresa. - 73430

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 60/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 61/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 23 de maio de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, mas existe contínuo de plantação da mesma espécie superior a esta área.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 9,3 Ha, sita em Besteiros II, freguesia de Bemposta, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação mas considerando o contínuo das espécies não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para o ato requerido conforme solicitado pela empresa. – 73432

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 61/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 62/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 23 de maio de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, mas existe contínuo de plantação da mesma espécie superior a esta área.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 34,2 Ha, sita em Quinta do Pouchão, freguesia de Alferrarede, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação mas considerando o contínuo das espécies não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para o ato requerido conforme solicitado pela empresa. – 73433

ADT

EL

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 62/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 33 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, do seguinte teor:

"No âmbito do contrato de concessão de drenagem de águas residuais urbanas do Município de Abrantes, entraram em funcionamento novos sistemas de saneamento como Barrada, S. Facundo e Vale das Mós ou estão em fase final de execução como seja Fontes, Carril, Mouriscas, Areias, Aldeia do Mato e Carreira do Mato.

Alvega, Monte Galego, Portelas, Tubaral, Ventoso e Ribeira do Fernando têm a rede executada e a ETAR em fase de acabamentos mas só parcialmente podem entrar em funcionamento por estarem condicionadas à intervenção na EN 118, de forma a garantir as respetivas travessias com coletores de saneamento.

Para minimizar os custos de execução dos ramais domiciliários, cujo pagamento é, nos termos regulamentares, da responsabilidade dos proprietários ou usufrutuários dos prédios, os Serviços Municipalizados adjudicaram a execução de todos os ramais de cada rede em simultâneo com a execução da rede de coletores.

No sentido de sensibilizar e promover a ligação das redes prediais às novas redes públicas de saneamento, obrigatório por lei quando haja rede disponível, o Conselho de Administração dos SMA deliberou, em 31 de maio de 2011, que os particulares paguem €200 (+IVA) por ramal, aproveitando os custos de oportunidade não repetíveis fora do tempo de execução massiva, o que se traduz em benefício de mais de 50%, para os munícipes.

Contudo, estando esta campanha limitada no tempo e havendo um universo superior a 2000 ligações a efetuar, nesta fase, os SMA não terão capacidade técnica nem de recursos humanos para uma resposta, célere e dentro dos prazos definidos, aos pedidos de ligação da rede predial à caixa de ramal, sem a colaboração de particulares dotados desses meios, pelo que está em preparação a autorização para os munícipes procederem a essa ligação desde que previamente informem os SMA da data prevista para essa ligação. Os SMA farão o acompanhamento e fiscalização dessas ligações para garantir a boa execução técnica e sem danos para a rede pública.

Neste caso, como a execução é feita pelos interessados, não é devido qualquer outro pagamento de tarifas ou custos associados, além do pagamento prévio do ramal domiciliário.

Importa normalizar o facto dessa intervenção, no período da campanha poder afetar espaço público, pese embora na generalidade das situações a caixa estar já em propriedade privada ou no limite da propriedade.

Assim, no sentido de facilitar a vida ao munícipe e dar celeridade ao processo, propõe-se:

- Que se autorize os particulares a utilizarem a via pública (passeio ou berma), se necessário e só no estritamente necessário, para procederem a essa ligação, sem necessidade de autorização municipal prévia ou pagamento de qualquer taxa, no período da campanha, com o enquadramento dos artigos 10º d) e 11º do Regulamento de taxas e licenças do Município de Abrantes, relevando a identificação e dados fornecidos pelos SMA;*
- Essa ligação deve ser antecipadamente comunicada aos SMA para o devido acompanhamento, não obstante ser dos autores das obras a responsabilidade civil decorrente das mesmas;*
- A via e o pavimento devem ser repostos de forma a ficarem em condições idênticas à situação anterior à intervenção;*
- A fiscalização municipal poderá, a todo o tempo, inspecionar a intervenção em espaço público de forma a garantir a sua boa execução;*
- A constatação de depressão ou manifestação de outros defeitos no espaço intervencionado, no período de 5 anos implica que a correção se faça por conta do autor dos trabalhos defeituosos."*

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e quarenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA

Ata da reunião de -04- de junho de 2012

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/06/04

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA				DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA				DESPACHO, DELIBERAÇÃO			
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data												Número	Tip	Data
17.01	02001332	2008/04/28	REALV	08001867	2008/06/23	0205268595	JORGE FERNANDES MENDES DA COSTA					pequenas obras muros					12000209	DES	2012/05/25
						CM00012526	COALHOS					Estrada Nacional 118							
												2012.05.12:deferido							
06.01	05000642	2012/01/13	LU	12000212	2012/03/28	0133567273	PEDRO MANUEL CASEIRO					alteração moradia					12000198	DES	2012/05/17
						CM00018921	RUA DA PAZ E AMIZADE, N.º 10 - 7.º ESQ.					ALDEIA DO MARO							
												2012/05/16 - No uso das competências que me foram subdelegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.							
05.02	06000179	2006/03/09	RUE	00001013	2006/04/03	0137803427	MARIA DA LUZ PEDRO DELGADO					ampliação moradia					12000199	DES	2012/05/17
						CM00010751	RUA PROFESSOR AGOSTINHO DA SILVA LOTE 1 2.º Dt.º					RUA DA ALBUFEIRA							
												2012/05/16 - No uso das competências que me foram subdelegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.							
04.06	07000755	2007/10/12	LIGOB	07003138	2007/10/12	0501201645	MARGARIDO & DIAS, LDA					construção moradia					12000202	DES	2012/05/18
						CM00000768	AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4					RUA DA INDUSTRIAL LOTE 5							
												16.05.2012:No uso das competências que me foram sub-delegadas defiro o pedido de autorização de utilização.							
06.01	09000241	2009/06/08	LIGOB	09001049	2009/06/08	0118489020	MANUEL DOMINGOS GASPAR					ampliação moradia					12000216	DES	2012/05/25
						CM00003372	AVENIDA DO PAIOL, N.º 724					Barreiras do Tejo							
												24.05.2012:Deferido.							
04.03	09000259	2009/06/18	RUE	09001193	2009/07/02	0170845346	EDMUNDO MANUEL LOPES FONTINHA					construção moradia					12000203	DES	2012/05/21
						CM00015888	RUA CIMO DA ALDEIA N.º 139					Rua Vale do Pereiro, 182							
												18.05.2012:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de Autorização de Utilização.							
06.03	09000302	2009/07/14	RUE	09001670	2009/09/14	0115561587	FERNANDO MANUEL DE SOUSA MOREIRA					ampliação moradia					12000201	DES	2012/05/18
						CM000016098	RUA DO CABEÇO, N.º 116					Rua do Cabeço n.º 116 e Rua do Cabeço s/n							
							TRAMAGAL					16.05.2012:No uso das competências que me foram sub delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.							

*** processado por computador ***
 *** sistemas informáticos ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/06/04

PROCESSO				REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	09000361	2009/08/06	LICOR	09001425	2009/08/06	MARIA DA SILVA REIS PALHOTA RUA VALE DE MORENAS cm00014230	construção muros Rua Vale de Morenas Chataça	12000205	DES	2012/05/22
							2012.05.16:Concordo. Arquivo-se o processo, informando a titular do mesmo desse arquivamento e de que se considere encerrado o procedimento de licenciamento.	T E O R		
06.01	09000434	2009/09/17	LICOR	09001690	2009/09/17	BREPEATER'S ACTIVIDADES RESTAURACAO, LDA. RUA JOSÉ DIAS SIMÃO, 111 cm00014318	alteração edifício comercial/ prestação de serviço Rua José Dias Simão Alferrade	12000204	DES	2012/05/21
							12.04.2012:Concordo com o enquadramento técnico expelenado pela sr.ª Eng.ª Evelina mendes, quanto à dispensa sugerida, pelo que no uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de	T E O R		
05.03	10000262	2010/06/30	LICOR	10001114	2010/06/30	ANTONIO MARIA SANTOS RUA DR. ANTONIO FERRERIA BAIRRAO, 18 cm00000573	ampliação anexo RUA DO CORREIO VELHO N.º 38	12000215	DES	2012/05/25
							24.05.2012Deferido.	T E O R		
06.03	10000396	2010/09/20	REALV	11000120	2011/01/27	ALCAPREDAI - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS, S.A. LUGAR DO MARUO BUGALHOS cm00007465	alteração edifício comercial/ prestação de serviço ESTRADA NACIONAL 118	12000211	DES	2012/05/25
							2012/03/23: Deferido.	T E O R		
04.03	10000413	2010/09/29	LICOR	10001732	2010/09/29	VICTOR MANUEL LOPES APURA RUA DA LINHA DO LESTE, N.º 242 CABRITO cm00005783	construção OUTROS... Rua da Linha do Leste,n.º242 Cabrito	12000200	DES	2012/05/17
							2012/05/16: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		
08.01	10000486	2010/11/18	RUE	10002137	2010/12/03	PEDRO VICENTE DUARTE SANTOS LARGO DR. ANTONIO VIANA, 3 R/C DTO cm00018772	reconstrução moradia Lomba de Cima	12000219	DES	2012/05/25
							2012/05/24: Deferido.	T E O R		
04.01	97000504	2008/09/23	RUE	09000140	2009/01/27	ASSOC. CULTURAL DESPORTIVA RECREATIVA DE ATALAIA SOUTO cm00003848	construção OUTROS... R. N.º SR.ª GUILA, LOTE 13 Atalaia	12000220	DES	2012/05/25
							2012/05/16 - No uso das competências que me foram subdelegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.	T E O R		

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***